

Sancionada reorganização administrativa que moderniza estrutura e gestão do Estado

Ter 02 maio

O governador Romeu Zema sancionou a [Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023](#), que institui a reorganização administrativa do Estado, trazendo modernização e melhorias na estrutura e gestão do [Governo de Minas](#). O projeto passou pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), onde foi apreciado e aprovado em dois turnos, conforme o rito legal. Agora, os vetos do governador serão apreciados pela casa legislativa e as novidades homologadas já passam a valer. O texto sancionado foi publicado no [Diário Oficial do Estado](#), edição de 29/4/2023 (sábado).

Dentre as mudanças, a lei transfere o [Departamento Estadual de Trânsito \(Detran-MG\)](#) para a [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag-MG\)](#), que atuará por meio da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito, com status de subsecretaria.

Mudanças no Detran

A transferência do Detran-MG trará mais agilidade e eficiência aos serviços prestados pelo órgão, ganho de eficiência administrativa, maior foco no usuário e fortalecimento do atendimento ao cidadão. Além de reforçar a segurança pública do Estado, fazendo com que policiais civis, antes dedicados às funções do Detran-MG, retornem às outras competências da [Polícia Civil](#).

Todas as funções do Detran-MG serão absorvidas pela coordenadoria, sendo registro e licenciamento de veículos, planejamento, direção, normatização, coordenadoria, controle, fiscalização, supervisão e execução das demais atividades e serviços relativos ao trânsito e à formação de condutores. Os processos serão revistos para que possam ser prestados com qualidade e agilidade pelos canais digitais e presenciais mantidos pela secretaria.

Vale ressaltar que as atividades investigativas e policiais para apuração de infrações penais relacionadas à matéria de trânsito continuarão na competência e responsabilidade da Polícia Civil.

Novas secretarias

A reforma também cria as secretarias de Comunicação Social e de Casa Civil, além de oito novas subsecretarias, entre elas as de Regulação de Transportes e de Política de Habitação.

A Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom) será o órgão encarregado por planejar, propor, executar e acompanhar a política estadual de comunicação do governo. Com a mudança, a Empresa Mineira de Comunicação (EMC), responsável pela gestão da [Rede Minas](#) e da [Rádio Inconfidência](#), fica vinculada à secretaria.

Fica por conta da Secom também a coordenação e integração da agenda institucional do governador e do vice-governador, além da coordenação da política e das atividades de

comunicação do Poder Executivo.

A Secretaria de Estado de Casa Civil (SCC) será responsável por apoiar o relacionamento institucional do governo em todos os níveis, visando à integração da ação governamental. Será de competência da pasta coordenar a articulação do poder executivo estadual com o governo federal e com órgãos de controle externo, além de articular parcerias nacionais e internacionais.

A função de Consultor de Articulação Política, Intragovernamental e Intergovernamental, exercida por Marcelo Aro, em Brasília, passa a ser executada pela Superintendência de Relacionamento no Distrito Federal. Outras três superintendências estão subordinadas à Subsecretaria de Relações Institucionais, que estará vinculada à pasta.

Com as duas novas secretarias, o Governo de Minas passará a ter 14 pastas, além da Secretaria-Geral, responsável por assessorar o governador e o vice no desempenho de suas atribuições e na integração de suas atuações. Além dela, as Secretarias de Planejamento e Gestão, de Fazenda, de Governo, de Comunicação Social e de Casa Civil atuarão como órgãos centrais do Estado, assim como a [Advocacia-Geral do Estado \(AGE-MG\)](#), a [Controladoria-Geral do Estado \(CGE-MG\)](#) e a [Ouvidoria-Geral do Estado \(OGE-MG\)](#).

Outras mudanças previstas na Lei nº 24.313/2023 são as transferências do [Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste do Estado \(Idene\)](#) da [Secretaria de Desenvolvimento Econômico \(Sede\)](#) para a [Secretaria de Desenvolvimento Social \(Sedese\)](#); das agências metropolitanas para a [Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade \(Seinfra\)](#); do Cerimonial do Governo para a [Secretaria de Estado de Governo \(Segov\)](#); e da Política sobre Drogas para a [Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública \(Sejusp\)](#).

A reorganização administrativa busca adequar estruturas para viabilizar o alcance mais ágil e mais eficiente das metas governamentais para os próximos anos, com foco no desenvolvimento do estado e na melhoria da prestação de serviços. As modificações não irão gerar aumento de despesas para os cofres públicos.